



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - CAEN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA

GUILHERME MUNIZ GURGEL

**A RELAÇÃO ENTRE AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DO GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ E A VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR**

FORTALEZA/CE

2019

GUILHERME MUNIZ GURGEL

**A RELAÇÃO ENTRE AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DO GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ E A VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia – CAEN, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Economia do Setor Público.

Orientador Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G987r Gurgel, Guilherme Muniz.

A relação entre as transferências voluntárias do governo do estado do Ceará e a votação para governador / Guilherme Muniz Gurgel. – 2019.
33 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Mestrado Profissional em Economia do Setor Público, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto.

1. Transferências voluntárias. 2. Reeleição. 3. Votação. I. Título.

CDD 330

GUILHERME MUNIZ GURGEL

**A RELAÇÃO ENTRE AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DO GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ E A VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia – CAEN, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Economia do Setor Público.

Orientador Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Pablo Urano de Carvalho Castelar (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado (Membro)
Universidade Federal do Ceará

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Hélio (*In memoriam*) e Solange por sempre acreditarem em mim e por terem abdicado de suas vidas em prol das realizações e da felicidade de seus filhos.

Às minhas irmãs Sâmia e Simony e ao meu sobrinho Gabriel, pela preocupação, apoio e incentivo.

À minha esposa Priscila e ao meu filho Gustavo, por todo amor, incentivo, apoio e compreensão.

Nada disso teria sentido se vocês não existissem na minha vida.

RESUMO

O presente estudo investigou o impacto das transferências voluntárias do governo do estado do Ceará utilizando dados da Secretaria das Cidades no período de 2007 a 2018 nas eleições estaduais. Variáveis fiscais e políticas, além de características de desenvolvimento relativo dos municípios foram incorporadas a modelos econométricos de regressão linear. Os resultados permitiram inferir que não há indícios que as transferências voluntárias possuem impacto na votação estadual, que se apresenta como variável de interesse. Entretanto, caso o candidato esteja concorrendo à reeleição, a relação é diretamente proporcional à quantidade de votos. Características como desenvolvimento em infraestrutura ou o município ser da Região Metropolitana de Fortaleza não afetaram a votação. Contudo, quanto mais desenvolvido o aspecto social do município, maior a votação. Os achados sugerem ainda que, o fato de o prefeito ser da coligação do governador acarretou em influência positiva na votação. Foram realizados testes com diferentes especificações com relação às variáveis *infraestrutura* e *social*, onde foram confirmadas as conclusões extraídas do modelo principal.

Palavras-Chaves: Transferências Voluntárias, Reeleição, Votação.

ABSTRACT

The present study investigated the impact of voluntary transfers from government of Ceará by Secretaria das Cidades from 2007 to 2018 in the state elections. Fiscal and political variables, as well as developmental characteristics of the municipalities, were incorporated into econometric linear regression models. The results allowed to infer that there is no evidence that voluntary transfers have an impact votes on state election, which presents itself as a variable of interest. However, if the candidate is running for re-election, the ratio is directly proportional to the number of votes. Features such as development in infrastructure or the fact of the municipality being in the Metropolitan Region of Fortaleza did not affect voting. However, the more developed the social aspect of the municipality, bigger the voting. The findings also suggest that the fact that the mayor belongs to the governor's coalition had a positive influence on the vote. Tests with different specifications were carried out regarding the infrastructure and social variables, where the conclusions drawn from the main model were confirmed.

Keywords: Voluntary Transfers, Reelection, Voting.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os 5 municípios que mais receberam transferências voluntárias no período de 2007 a 2018 (R\$ em milhões)	16
Tabela 2 - Total de transferências voluntárias por governo (R\$ em milhões)	16
Tabela 3 - Receitas Tributárias dos municípios X Transferências voluntárias (R\$ em milhões)	17
Tabela 4 – Resultado das estimações do modelo A.	22
Tabela 5 - Resultado das estimações do modelo B.	24
Tabela 6 – Resultado das estimações do modelo C.....	25

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	10
3. METODOLOGIA.....	15
3.1. BASE DE DADOS	15
3.2. MODELO ECONOMETRICO.....	17
3.3. TÉCNICA EMPREGADA	20
4. RESULTADOS	22
5. CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
APÊNDICE A – TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS REALIZADAS PARA OS MUNICÍPIOS DO CEARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES NO PERÍODO DE 2007 A 2018.....	30

1. INTRODUÇÃO

Em 2018, o governador do Ceará em exercício concorreu à reeleição e obteve quase 80% dos votos válidos, encerrando a disputa no 1º turno eleitoral (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2019). Essa votação pode ser resultado do elevado investimento do governo em áreas como saneamento, habitação e infraestrutura, dentre outras, áreas de ação estratégica da Secretaria das Cidades.

As transferências voluntárias têm papel fundamental nas políticas públicas que visam à redução das desigualdades regionais. Nesse contexto, essas transferências recebidas pelos municípios representam uma alternativa de acesso aos recursos estaduais, pois sua participação na repartição tributária é reduzida e insuficiente para executar suas políticas públicas.

Por ser umas das vias de execução das políticas públicas, o Governo do Estado do Ceará, geralmente através da Secretaria das Cidades, realiza na forma de Convênios ou instrumentos congêneres o repasse de recursos aos municípios para o financiamento de obras de saneamento, habitação e infraestrutura. Dessa forma, com a elevada votação na reeleição do governador incumbente, espera-se que esses investimentos possam ter reflexo nas eleições estaduais, uma vez que tais benefícios são financiados por recursos estaduais repassados através de transferências voluntárias.

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o estado do Ceará possui o 17º maior IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil. É o 8º estado em população do Brasil e 3º do Nordeste. Seu PIB – Produto Interno Bruto é o 6º maior do país. Assim, mesmo com a atual crise financeira nos estados, o Ceará continua realizando importantes investimentos nos municípios através da Secretaria das Cidades. Até o mês de maio de 2019, a Secretaria das Cidades possuía 425 (quatrocentos e vinte e cinco) convênios e termos de ajustes vigentes que resultaram em liberações de recursos através de transferências voluntárias no valor de R\$ 239.347.292,94 (duzentos e trinta e nove milhões, trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos), sendo a secretaria de estado que mais liberou recursos nessa modalidade, conforme dados do portal da transparência do Governo do Estado do Ceará.

O presente trabalho se dedica a analisar a relação entre o volume de recursos transferidos através de transferências voluntárias e a votação obtida pelo candidato eleito ao executivo estadual, em cada município cearense, no período entre 2007 e 2018, composto por três governos.

Nessa linha, é vasto o volume de trabalhos sobre transferências voluntárias de uma forma geral. Ferreira e Bugarin (2004) afirmam que o trabalho pioneiro relacionando transferências voluntárias e ciclo político foi o de Nordhaus, em 1975. Segundo o autor, ao perceber o efeito da economia no voto, o presidente decide aumentar a oferta de moeda em ano eleitoral de forma a conseguir incremento na produção do país e, assim, diminuir o desemprego. Dessa forma, os eleitores reagem positivamente nas urnas, ignorando o fato de que o ato do governo federal provocará inflação, acarretando problemas econômicos no futuro.

Rogoff (1990) concentra seu trabalho na atuação do governante na política fiscal. Segundo seu estudo, ele destaca que a existência de informação assimétrica por parte dos eleitores, a respeito da competência administrativa dos políticos, os chefes do governo tendem a distorcer a política fiscal, cortando tributos, aumentando as transferências e promovendo gastos de visibilidade imediata, de forma a sinalizar sua competência e, em consequência, ser reeleito.

Além desta introdução, esta dissertação está dividida em mais três capítulos e as considerações finais. No segundo capítulo, apresenta-se uma revisão de literatura sobre transferências voluntárias, eleições e políticas de *pork barrel*. O terceiro capítulo traz a metodologia utilizada, bem como a base de dados, o modelo econométrico utilizado e a técnica empregada. No quarto capítulo são apresentados os resultados das estimações obtidas pela aplicação das técnicas empregadas. Por último, as considerações finais são apresentadas no quinto capítulo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O sistema federativo brasileiro consiste na participação de todos os entes públicos na política do estado, a fim de que o mesmo possa alcançar seus objetivos. Assim, da mesma forma que são atribuídas competências aos integrantes da federação, a eles são também garantidos recursos, de acordo com as possibilidades de transferência de recursos previstas na Constituição Federal.

Dessa forma, podemos dizer que as transferências podem ser classificadas em legais, constitucionais e voluntárias (CANDEIA, 2005). Ainda conforme o autor, transferências legais são aquelas que estão disciplinadas em leis específicas, que regulamentam essa modalidade de transferências de recursos. As transferências constitucionais decorrem do próprio texto Constitucional. Já as transferências voluntárias serão conceituadas a seguir.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (2000), entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

No Brasil, as principais formas de transferências voluntárias são os convênios, termos de ajustes e instrumentos congêneres. A grande maioria dessas transferências se dá através de convênios.

Di Pietro (2012) define convênio como forma de ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração. Assim, pode se entender convênio como uma das formas de descentralização de recursos da Administração Pública para entes públicos ou privados para a consecução de interesses recíprocos entre as partes.

No intuito de combater o mau uso dos recursos recebidos, principalmente em períodos eleitorais, a legislação brasileira vem sendo aperfeiçoada através de normativos, dentre os quais podemos citar a Lei Complementar 82/95 (Lei Camata I), que foi revogada pela 96/99 (Lei Camata II), e esta, por sua vez, foi revogada pela 101/2000 conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97).

Com o advento da LRF, as transferências voluntárias transformaram-se num dispositivo fundamental nas relações políticas dos entes federados. Em um contexto de troca de favores, os municípios pressionam a instância superior e seus representantes por mais recursos, através de aprovação e execução de emendas específicas.

Ferreira e Bugarin (2004) realizaram um estudo para o cenário nacional onde foram analisados o ciclo-político orçamentário e a motivação político partidária das transferências voluntárias intragovernamentais. Os resultados indicaram um favorecimento nos municípios cujos prefeitos pertenciam a mesma coligação política do governador. O aumento das transferências voluntárias foi maior nos anos de eleições para governador e nos pleitos municipais. Percebeu-se, também, uma relação entre as esferas do poder executivo por conta da centralização dos recursos tributários brasileiros. Os prefeitos da mesma coligação do governador recebem mais recursos, podendo aumentar seus gastos sem se preocupar com o aumento da arrecadação própria.

Mota Júnior (2009) explicitou os determinantes das transferências de recursos aos municípios e o papel dos dispositivos disciplinadores de gastos nesse processo. Seu estudo destacou que os efeitos do calendário eleitoral impactam negativamente a transferência de recursos para o município. Isto se deve ao fato de que nos anos que precedem o ano eleitoral, o montante de transferências é mais elevado, enquanto que no ano eleitoral, devido à legislação eleitoral e ao maior controle pelos órgãos da justiça, as transferências tendem a diminuir.

Este comportamento pode estar relacionado à Lei Eleitoral que prevê a proibição, nos três meses que antecedem o pleito, de realizar transferências de recursos da União aos estados e municípios e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

Ainda segundo Mota Júnior (2009), arrecadações maiores de receita tributária implicam em mais recursos transferidos por habitante. Dessa maneira, quanto maior a riqueza e esforço fiscal do município maior a taxa de recursos recebidos por eles. Este resultado pode estimular o aumento às desigualdades de renda entre os municípios cearenses, mas ao mesmo tempo pode ser visto como um prêmio por observar o esforço fiscal desempenhado pelo gestor no exercício tributário anterior.

Anchieta Júnior (2013) buscou identificar os critérios predominantes na política de transferências voluntárias do Governo do Estado do Ceará: técnico ou político, no período de 2005 a 2009. Dentre os critérios escolhidos destacou-se a redistribuição de riqueza, a ferramenta de gestão de descentralização de política pública com a intenção de melhorar o controle social, assim como a redução de custos operacionais. Com base nas estimativas foi identificado que o

critério político prevalece na decisão das transferências voluntárias do governo estadual para os municípios cearenses.

Conforme a literatura, os determinantes de uma eleição geralmente estão relacionados com o alinhamento político, gastos de campanha e tempo de propaganda e memória eleitoral. Caso o candidato almeje a vitória em determinado pleito, deve atentar para os aspectos citados.

Com relação à influência dos recursos mobilizados em campanhas eleitorais, Speck e Cervi (2016) demonstram influência nas campanhas eleitorais para a eleição para prefeito em 2012. Foram analisados os gastos de campanha, tempo de propaganda e memória eleitoral. Conforme os autores, os recursos financeiros têm impacto importante na disputa eleitoral pelo seu efeito direto no desempenho eleitoral, efeito este verificado principalmente nos municípios menores (até 200 mil eleitores), variando bastante em relação aos maiores.

Já a influência da propaganda eleitoral gratuita sobre a política local depende da possibilidade de veiculação da mesma. Essa variável tem grande impacto sobre a dinâmica da disputa eleitoral nacional e estadual em função do amplo acesso ao rádio e às emissoras de TV no Brasil. Todavia, nas eleições municipais essa influência depende de dois fatores: infraestrutura de comunicação e a legislação eleitoral regulando o acesso e o tempo de propaganda. Nos municípios que não possuem emissoras de rádio e TV própria, os cidadãos têm acesso a propaganda eleitoral dos municípios vizinhos. Logo, nessa situação, essa variável fica comprometida.

O resultado mais surpreendente diz respeito ao papel da memória eleitoral. Comparado às observações do efeito dinheiro e do tempo de propaganda, sua influência direta é claramente modesta e inferior. Contudo, sua influência direta mostrou-se relevante e isto se deve a dois mecanismos. O primeiro é o efeito da relação entre votação passada e tempo de propaganda no futuro. Nos municípios pequenos, a proporção de votos da última eleição tem uma correlação fraca com o tempo alocado a cada partido na eleição seguinte. Por outro lado, os doadores alocam mais recursos em candidatos que tem alguma viabilidade e um dos indicadores é o sucesso eleitoral passado. Portanto, fica evidente que a atuação de candidatos e doadores torna o resultado anterior um importante fator para o desempenho nas eleições seguintes mais, inclusive, do que a memória dos eleitores.

No que diz respeito à reeleição, Araújo Júnior, Cançado e Shikida (2004) realizaram uma explanação sobre a relação entre a probabilidade de reeleição e algumas variáveis de controle fiscal e político da economia. O estudo se concentra na probabilidade de reeleição para o cargo de prefeito nos municípios mineiros na eleição de 2000. Os resultados sugerem que a

probabilidade de reeleição diminui à medida que as despesas com a máquina administrativa aumentam. De modo oposto, a probabilidade de reeleição aumenta à medida que a receita total do município aumenta. No aspecto político, verificou-se que pertencer ao mesmo partido do governador apareceu como facilitador para a reeleição do prefeito. Entretanto, a variável mais importante foi pertencer ao mesmo partido do Presidente da República.

Mendes e Rocha (2004) analisaram as variáveis que afetam a probabilidade de reeleição de um prefeito no Brasil. Os autores concluíram que o eleitor e as instituições parecem monitorar a performance do prefeito apenas parcialmente. Contudo, a probabilidade de reeleição está fortemente relacionada com a expansão do gasto público, quanto maior o poder de gasto, maiores as chances eleitorais.

Uma característica importante do sistema político brasileiro é que os mandatos do executivo duram quatro anos. No entanto, as eleições para os governos estaduais divergem das eleições para os governos municipais. Desta forma, eleições ocorrem a cada dois anos no Brasil. Assim, as eleições intercaladas podem motivar os titulares dos governos estaduais a fazer uso das transferências voluntárias para favorecer prefeitos aliados.

Nesse contexto, surge o termo *pork barrel*, conceito associado a práticas políticas voltadas para a conquista de votos, em que o político ambiciona ser eleito ou se manter no posto tentando atrair para si a maior quantidade de verbas disponíveis para satisfazer o seu eleitorado que por sua vez aumenta a probabilidade de voltar a ser eleito. A origem do termo *pork barrel* remonta aos tempos da escravidão nos Estados Unidos. (FEREJOHN, 1974)

Pode ser definido como uma estratégia eleitoral que visa desenvolver ou beneficiar, do ponto de vista econômico, uma determinada região sendo que os custos destas medidas são imputados a todos os contribuintes. Apesar de ser um termo que foi originado nos Estados Unidos, é algo facilmente observável em qualquer lugar do mundo (MOURÃO E CUNHA, 2011).

É perceptível que a maioria dos políticos brasileiros tem a pretensão de se manter no seu cargo o máximo de tempo possível. Para conseguir tal feito, estes tendem a expressar a sua competência através de obras e gastos para seus redutos eleitorais. Drazen e Eslava (2005) comentam que os candidatos que estão no poder tendem a aumentar os gastos à medida que se aproximam as eleições, com o intuito de demonstrar sua competência.

Mourão e Cunha (2011) analisaram a forma como são distribuídas as verbas do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) em Portugal. Os resultados indicaram que as suspeitas de manipulação eleitoral são

evidentes. Distritos com maior número de eleitores e os governados por Presidentes de Câmara do partido do executivo recebem mais verbas.

A grande motivação para os economistas continuarem a estudar as políticas de *pork barrel* deve-se à sua ineficiência econômica e social. Na maioria das vezes, além de produzirem efeitos apenas naquela região, o retorno é inferior ao seu custo geral (LANCASTER E PATTERSON, 1990). Mas são eficientes para que os responsáveis pela sua elaboração continuem a ocupar seus cargos públicos.

Baião e Couto (2017) estudaram a eficácia das políticas de *pork barrel* com relação à importância das emendas orçamentárias e dos prefeitos aliados na eleição de deputados. Os resultados sugeriram que apenas emendas executadas como transferência a prefeituras geram votos, principalmente quando o prefeito é da mesma coligação do parlamentar. Além disso, um volume maior de emendas é proposto e executado nas prefeituras correligionárias.

No Brasil, as discussões sobre votação sempre estiveram relacionadas às políticas de *pork barrel*. A literatura sobre o assunto relaciona estas práticas às emendas orçamentárias dos deputados no intuito de permanecerem nos seus cargos. Este estudo buscou contribuir com o tema analisando a correlação entre transferências voluntárias e votação.

3. METODOLOGIA

Nesta seção serão expostas as fontes utilizadas para montagem da base de dados e a metodologia utilizada na pesquisa.

3.1. BASE DE DADOS

Este estudo buscou averiguar se as transferências voluntárias estaduais aos municípios exerceram alguma influência na votação do governador eleito. O período da pesquisa foi de 2007 a 2018, portanto, três ciclos eleitorais estaduais. Para as transferências voluntárias foram agregados os montantes durante todo o período, por governo e por município.

Todas as variáveis políticas foram obtidas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O volume das transferências voluntárias estaduais feitas aos municípios advém da Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará. Já as demais variáveis relacionadas aos municípios cearenses foram adquiridas junto ao Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará (IPECE) e no site compara brasil. Todos os valores monetários foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGPDI) com base em 2018.

Como a análise envolve municípios e observações temporais, foi montado um painel com todos os municípios do Ceará que foram contemplados com transferências voluntárias nos governos estudados. Foi estimada uma regressão com dados em painel, a partir de uma amostra de 552 (quinhentas e cinquenta e dois) observações, que representam a quantidade de municípios do estado do Ceará que receberam transferências voluntárias no período estudado.

A tabela 1 abaixo mostra o volume total de recursos transferidos aos 5 municípios que mais receberam recursos através de transferências voluntárias no período estudado. Juntos, esses municípios são responsáveis por pouco mais de 20% de todas as transferências voluntárias. Nota-se que somente o primeiro e o quarto município que mais recebem transferências fazem parte da Região Metropolitana de Fortaleza. Sobral em segundo lugar pode estar relacionada ao fato de ser reduto eleitoral dos governadores estudados, uma vez que o ideal seria que os municípios mais pobres recebessem mais transferências.

Tabela 1 - Os 5 municípios que mais receberam transferências voluntárias no período de 2007 a 2018 (R\$ em milhões)

Municípios	Média	Mínimo	Máximo	Transferências Voluntárias
Fortaleza	5,52	0,00	33,83	66,27
Sobral	2,85	0,00	14,85	34,19
Tauá	1,99	0,00	6,15	23,83
Horizonte	1,90	0,00	5,98	22,80
Limoeiro do Norte	1,71	0,00	9,12	20,56
Sub-Total				167,65
Total Geral				829,92
Partic (%)				20,20%

Fonte: Elaboração própria com base no SACC (Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios) e SIC (Sistema Integrado de Contabilidade)

O município de Fortaleza foi responsável por 7,99% do montante total de recursos liberados.

Os montantes totais de transferências voluntárias por governo estão na tabela 2.

Tabela 2 - Total de transferências voluntárias por governo (R\$ em milhões)

Período (Governo)	Transf. Voluntárias	Variação (%)
2007 a 2010	368,16	-
2011 a 2014	230,78	-37,32
2015 a 2018	230,98	0,09

Fonte: Elaboração própria com base no SACC (Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios) e SIC (Sistema Integrado de Contabilidade)

Comparando-se a primeira e a última gestão do governador anterior, houve um decréscimo de 37,32%. Contudo, comparando-se os últimos dois governos, último do governador anterior e primeiro do governador atual, percebe-se que o volume de transferências se manteve praticamente constante, havendo um pequeno incremento da ordem de 0,09%.

Analisando a evolução temporal das receitas tributárias e das transferências voluntárias, percebe-se que em 2008, ano de eleições municipais, a arrecadação de receitas próprias dos municípios sofreu um acréscimo de 7,96%, enquanto que o volume de transferências aos municípios se elevou em 816,91%. No ano de 2014, em que ocorreram as eleições estaduais, percebe-se a continuidade dessa tendência eleitoreira, pois um incremento de 167,41% no volume de transferências voluntárias não é acompanhado por um incremento nas receitas próprias, uma vez que esta cresce apenas 18,27%.

Tabela 3 - Receitas tributárias dos municípios X Transferências voluntárias (R\$ em milhões)

Ano	Receita Tributária	Variação (%)	Transf. Voluntárias	Variação (%)
2007	1.146,36	-	6,74	-
2008	1.237,57	7,96	61,83	816,91
2009	1.398,89	13,04	108,37	75,27
2010	1.661,69	18,79	191,21	76,44
2011	1.855,34	11,65	44,50	-76,73
2012	2.055,61	8,10	55,85	25,50
2013	2.133,59	6,38	35,50	-36,44
2014	2.523,32	18,27	94,93	167,41
2015	2.407,68	-4,58	48,69	-48,71
2016	2.461,59	2,24	54,34	11,60
2017	2.707,70	10,00	52,43	-3,51
2018	2.534,62	-6,39	75,51	44,02

Fonte: Elaboração própria com base no SACC (Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios) e SIC (Sistema Integrado de Contabilidade) e no Anuário Estatístico do IPECE.

Verificando-se os últimos dois governos (2011-2014; 2015-2018), pode-se inferir que nos anos em que houve eleições, sejam elas municipais ou estaduais, o volume de transferências voluntárias sofreu acréscimos, para no ano seguinte a variação ser negativa. Percebe-se, portanto, que há indícios de ciclos políticos no período estudado.

3.2. MODELO ECONOMÉTRICO

Os modelos propostos buscaram analisar a influências das transferências voluntárias na votação estadual. Foram utilizadas variáveis que denotem alinhamento político, características dos governos, bem como características dos municípios.

As variáveis fiscais referem-se às transferências voluntárias repassadas aos municípios. Ademais, foram inseridas, também, variáveis que denotem a dependência dos municípios dessas transferências. Foi inserida uma variável *dummy* que busca identificar se o titular do governo é o Cid Ferreira Gomes, uma vez que, dos três períodos estudados, dois se referem à sua gestão. A variável política é formada pela variável *dummy* que identifica o alinhamento político do prefeito com o governador. As características municipais dão ideia do nível de desenvolvimento social e de infraestrutura dos municípios, uma vez que essas características também são financiadas por transferências voluntárias. Outro fator importante é se o governo é ou não de reeleição. Assim, foi criada uma variável *dummy* para captar um eventual governo de reeleição.

Em conformidade com os objetivos e a estrutura da base de dados, o modelo econométrico estimado pode ser descrito da seguinte forma:

MODELO A:

$$VOTOS_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 TV_{it} + \alpha_2 REELEGÍVEL_{it} + \alpha_3 CID_{it} + \alpha_4 PREF COLIG_{it} + \alpha_5 RMF_{it} + \alpha_6 INFRAESTRUTURA_{it} + \alpha_7 SOCIAL_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde ε é o termo de erro aleatório, $i = 1, \dots, 183$, e $t = 1, 2, 3$.

A variável dependente é o percentual de votos obtidos pelo governador eleito. Foram estabelecidas as seguintes variáveis explicativas a serem utilizadas na pesquisa:

- TV: variável que corresponde ao volume de transferências voluntárias repassadas aos municípios através da Secretaria das Cidades.
- REELEGÍVEL: variável *dummy* que assume valor unitário quando for um período de reeleição, e zero caso contrário.
- CID: variável *dummy* que assume valor unitário quando a gestão for do governador Cid Gomes Ferreira, e zero caso contrário.
- PREF COLIG: variável *dummy* que assume valor unitário quando houver alinhamento político do prefeito com o governador, e zero caso contrário.
- RMF: variável *dummy* que assume valor unitário caso o município pertença à Região Metropolitana de Fortaleza, e zero caso contrário.
- INFRAESTRUTURA: variável que sinaliza as disponibilidades de estrutura de apoio à produção de oferta de bens e serviços à população.
- SOCIAL: variável que refere ao nível de desenvolvimento em termos das condições sociais.

Os índices infraestrutura e social traduzem o nível de desenvolvimento relativo dos municípios cearenses. As informações utilizadas se referem às publicações disponíveis do Índice de Desenvolvimento dos Municípios - IPECE, que coincidem com os anos das eleições municipais.

O quadro 1 traz uma descrição resumida das variáveis utilizadas para estimar a equações dos modelos econométricos adotados.

Quadro 1 - Descrição das variáveis do modelo

Variável	Descrição	Ano
VOTOS/ELEITORADO	Percentual de votos obtidos pelo governador eleito.	2010 2014 2018
TV	Volume de Transferências Voluntárias repassado pela Secretaria das Cidades aos municípios.	2007-2010 2011-2014 2015-2018
REELEGÍVEL	<i>Dummy</i> com valor 1 se o governo é reelegível, 0 caso contrário.	2007-2010 2011-2014 2015-2018
CID	<i>Dummy</i> com valor 1 se o governo é do Cid Ferreira Gomes, 0 caso contrário.	2007-2010 2011-2014 2015-2018
PREF COLIG	<i>Dummy</i> com valor 1 se o prefeito é da coligação do governador, 0 caso contrário.	2007-2010 2011-2014 2015-2018
RMF	<i>Dummy</i> com valor 1 se o município é da Região Metropolitana de Fortaleza, 0 caso contrário.	2007-2010 2011-2014 2015-2018
INFRAESTRUTURA	Indicadores de infraestrutura de apoio – IPECE	2008 2012 2016
SOCIAL	Indicadores sociais – IPECE	2008 2012 2016

Fonte: Elaboração própria do autor.

Além desse modelo, buscou-se também uma estimação substituindo-se a variável *TV* pela razão entre transferências voluntárias e receita tributária. Tal informação indica um certo grau de dependência dos municípios com relação a essas transferências. Segue modelo econométrico abaixo:

MODELO B:

$$\begin{aligned}
 VOTOS_{it} = & \alpha_0 + \alpha_1 \frac{TV}{REC.TRIB_{it}} + \alpha_2 REELEGÍVEL_{it} + \alpha_3 CID_{it} + \alpha_4 PREF COLIG_{it} \\
 & + \alpha_5 RMF_{it} + \alpha_6 INFRAESTRUTURA_{it} + \alpha_7 SOCIAL_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

Finalmente, foi realizada estimação utilizando-se a razão entre as transferências voluntárias e a receita total dos municípios no lugar da variável *TV*, conforme modelo abaixo:

MODELO C:

$$VOTOS_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{TV}{REC.TOTAL_{it}} + \alpha_2 REELEGÍVEL_{it} + \alpha_3 CID_{it} + \alpha_4 PREF COLIG_{it} \\ + \alpha_5 RMF_{it} + \alpha_6 INFRAESTRUTURA_{it} + \alpha_7 SOCIAL_{it} + \varepsilon_{it}$$

Por se tratar de recursos destinados a obras de infraestrutura, em todos os modelos utilizados, foram utilizadas 4 especificações. Primeiramente foram estimados sem as variáveis *infraestrutura* e *social*. Logo após foram estimados os modelos com a inclusão da variável *infraestrutura* somente. Em seguida foram estimados com a inclusão da variável *social* somente. Finalmente, os modelos foram estimados com a inclusão das variáveis *infraestrutura* e *social*.

3.3. TÉCNICA EMPREGADA

Foi utilizada a regressão com dados em painel. Este tipo de modelo utilizado se aplica a situações nas quais temos dados do tipo *cross-section* e dados de séries temporais. A possibilidade de observar os dados em diferentes instantes do tempo fornece a possibilidade de diferentes tipos de análise. Contudo, neste tipo de modelo podem ocorrer problemas relacionados ao enviesamento de seleção, que são erros resultantes da seleção dos dados que não resultem em uma amostra aleatória.

Foram realizados três métodos para os dados em painel: efeitos fixos, efeitos aleatórios e *pooled*, além de testes de robustez para a escolha do melhor método econométrico. No modelo de efeitos fixos, considera-se que o intercepto específico de cada unidade individual pode estar relacionado com um ou mais regressores. Quanto ao modelo de efeitos aleatórios, pressupõe que o intercepto de uma unidade individual não está correlacionado com as variáveis explicativas.

Foi aplicado o teste de *Chow* para verificação do melhor método entre efeitos fixos e *pooled*. O teste de *Chow* possui as seguintes hipóteses: H_0 : modelo *pooled* e H_1 : modelos de efeitos fixos. Por intermédio do resultado do teste observou-se a não rejeição de H_0 e, desta forma, conclui-se que o modelo *pooled* é o modelo mais apropriado.

Logo após, foi realizado teste de *Breusch-Pagan* para a escolha do método mais adequado entre efeitos aleatórios e *pooled*. O resultado do teste indicou o método *pooled* como uma opção apropriada.

Uma vez escolhido o método *pooled*, foi realizada uma estimação com erros robustos por que os municípios estudados são bastante heterogêneos.

Buscou-se, também, estimar um modelo dinâmico, que incorpora a variável dependente defasada como explicativa, em que as transferências do governo anterior seriam usadas para explicar as do governo atual, além das variáveis já utilizadas no modelo *pooled*. Contudo, os testes que apontariam o uso adequado ou não do modelo dinâmico não puderam ser realizados. Além disso, os dados foram agrupados por governo (4 anos).

Vale ressaltar também que para o último governo (2015 a 2018) não há, ainda, informação disponível sobre receita tributária para o ano de 2018. Para tanto, foram repetidas as informações de 2017.

4. RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados das estimações obtidas pela aplicação das técnicas econométricas descritas na seção anterior, com a utilização das informações contidas na base de dados coletada para a pesquisa. Buscou-se, desse modo, investigar a relação entre o volume de transferências voluntárias repassado aos municípios e o número de votos dos candidatos eleitos.

A tabela 4 abaixo traz os coeficientes estimados, com seus respectivos valores de estatística *t* entre parênteses e a validação de cada variável a um nível de significância de 5%.

Tabela 4 – Resultado das estimações do modelo A.

Variáveis	Especificação	Especificação	Especificação	Especificação
	1	2	3	4
<i>tv</i>	-4.73e-10 (-0.11)	1.11e-09 (0.25)	-2.88e-09 (-0.67)	-6.87e-10 (-0.16)
<i>reelegível</i>	0.573*** (31.83)	0.573*** (31.91)	0.544*** (26.47)	0.539*** (26.32)
<i>cid</i>	-0.548*** (-23.46)	-0.550*** (-23.45)	-0.529*** (-21.52)	-0.529*** (-21.60)
<i>pref colig</i>	0.0351* (1.85)	0.0349* (1.84)	0.0372** (1.96)	0.0371** (1.97)
<i>rmf</i>	0.0568 (1.58)	0.0721* (1.85)	0.0462 (1.31)	0.0693* (1.85)
<i>infraestrutura</i>		-0.00114 (-1.04)		-0.00183* (-1.65)
<i>social</i>			0.00168** (2.45)	0.00193*** (2.72)
<i>cons</i>	-1.102*** (-56.65)	-1.076*** (-35.16)	-1.148*** (-39.68)	-1.113*** (-32.86)
Observações	552	552	552	552
R ²	0.595	0.595	0.599	0.601

Fonte: Elaboração própria do autor.

Nota: * p<0,1, **p<0,05, ***p<0,01.

As variáveis utilizadas no modelo econométrico divergiram com relação ao impacto na votação.

As transferências voluntárias não se apresentaram estatisticamente significantes. Deste modo, pode-se inferir que os repasses de transferências voluntárias estaduais aos municípios não influi no número de votos adquiridos pelo governador eleito. Todavia, deve-se levar em

consideração que foram usadas poucas variáveis conhecidas na literatura para explicar votação/eleição por conta da pouca variabilidade, afinal o governador é o mesmo para todos os municípios. Outra possibilidade é que os benefícios advindos dessas transferências sejam atribuídos aos prefeitos, uma vez que, apesar de grande parte dos recursos ser do governo estadual, cabe aos municípios sua execução e consequente prestação de contas.

A variável *reelegível* foi inserida no modelo para captar uma eventual influência da reeleição na votação do candidato. Nas estimações realizadas a mesma apresentou parâmetro positivo significando que quando o candidato está concorrendo à reeleição, o resultado esperado é um aumento da votação. Dos três períodos estudados, dois compreenderam governos cujos candidatos concorriam à reeleição. Desta forma, pode ser explicado pelo fato de que os candidatos tendem a ser beneficiados pelas suas próprias políticas públicas atuais, sendo o candidato da situação.

A variável *cid* apresentou parâmetros estatisticamente significantes e sinal negativo representando que os governos cuja titularidade foi do governador Cid Ferreira Gomes obtiveram uma votação inferior, em comparação com o governo do atual candidato. Fato este comprovado, inclusive, pela reeleição do governador atual ter sido ainda no 1º turno.

Nas especificações 3 e 4, a variável *pref colig* também apresentou significância, corroborando o que se observa nos trabalhos sobre o assunto. A literatura já aponta que os maiores volumes de transferências são direcionados para os municípios cujos prefeitos são da base do governador. Pela importância da coligação entre prefeitos e governadores era de se esperar essa correlação positiva entre coligação partidária e votação estadual.

O fato de o município pertencer à região metropolitana de fortaleza não apresentou impacto no número de votos, o que implica dizer que tal característica não tem influência direta na votação.

O índice relativo de desenvolvimento municipal *infraestrutura* não apresentou significância, indicando que não possui relação com número de votos. Pode ser que os municípios mais desenvolvidos possuem uma maior competição política, e os habitantes conhecem melhor os candidatos. Deve-se levar em consideração também que os cidadãos de um município não atribuem as melhorias do município ao governador, não o recompensando nas urnas.

O índice relativo de desenvolvimento social apresentou significância estatística e sinal positivo. Dessa maneira, os municípios mais desenvolvidos no aspecto social parecem perceber

que as políticas públicas do seu reduto se devem, também, ao governador em exercício retribuindo, assim, na votação.

Complementando a análise, estimou-se também o modelo B em que é substituída a variável transferências voluntárias (*tv*) pela razão entre estas transferências e a receita tributária do município. Na Tabela 5 abaixo, seguem os resultados dessa nova estimação:

Tabela 5 - Resultado das estimações do modelo B.

Variáveis	Especificação 1	Especificação 2	Especificação 3	Especificação 4
<i>tv/rec.trib</i>	-0.0373 (-1.64)	-0.0382* (-1.68)	-0.0333 (-1.41)	-0.0339 (-1.44)
<i>reelegível</i>	0.573*** (31.74)	0.573*** (31.84)	0.547*** (26.66)	0.541*** (26.26)
<i>cid</i>	-0.542*** (-23.25)	-0.542*** (-23.23)	-0.528*** (-21.99)	-0.525*** (-21.77)
<i>pref colig</i>	0.0379** (2.00)	0.0387** (2.04)	0.0380** (2.01)	0.0395** (2.10)
<i>rmf</i>	0.0497 (1.39)	0.0668* (1.72)	0.0374 (1.07)	0.0646* (1.75)
<i>infraestrutura</i>		-0.00108 (-1.04)		-0.00192* (-1.84)
<i>social</i>			0.00147** (2.19)	0.00184*** (2.59)
<i>cons</i>	-1.096*** (-56.67)	-1.070*** (-34.47)	-1.139*** (-38.71)	-1.103*** (-32.42)
Observações	552	552	552	552
R ²	0.597	0.597	0.601	0.603

Fonte: Elaboração própria do autor.

Nota: * p<0,1, **p<0,05, ***p<0,01.

No modelo B apresentado acima, a variável de interesse *tv/rec.trib*, também não apresentou significância estatística na nova abordagem. Como pode-se perceber, a nova forma de apresentação não modificou as variáveis significativas do modelo anterior, mas as confirmou.

Por fim, estimou-se ainda, o modelo C considerando-se a razão entre transferências voluntárias e receita total dos municípios. O resultado das estimações segue na tabela 6 abaixo:

Tabela 6 – Resultado das estimações do modelo C.

Variáveis	Especificação			
	1	2	3	4
<i>tv/rec.total</i>	-2.234* (-1.89)	-2.209* (-1.89)	-2.190* (-1.81)	-2.132* (-1.78)
<i>reelegível</i>	0.572*** (31.74)	0.572*** (31.84)	0.545*** (26.83)	0.539*** (26.35)
<i>cid</i>	-0.537*** (-22.71)	-0.538*** (-22.71)	-0.522*** (-21.55)	-0.520*** (-21.35)
<i>pref colig</i>	0.0384** (2.03)	0.0391** (2.06)	0.0388** (2.06)	0.0401** (2.14)
<i>rmf</i>	0.0498 (1.39)	0.0653* (1.67)	0.0364 (1.04)	0.0627* (1.69)
<i>infraestrutura</i>		-0.000967 (-0.94)		-0.00183* (-1.76)
<i>social</i>			0.00153** (2.30)	0.00188*** (2.67)
<i>cons</i>	-1.091*** (-55.59)	-1.068*** (-34.38)	-1.134*** (-38.58)	-1.101*** (-32.57)
Observações	552	552	552	552
R ²	0.598	0.598	0.602	0.604

Fonte: Elaboração própria do autor.

Nota: * p<0,1, **p<0,05, ***p<0,01.

Importante notar que o parâmetro de interesse modificado *tv/rec.total*, permaneceu sem significância estatística. Dessa maneira, pode-se inferir, também, que a nova abordagem adotada mais uma vez confirma as conclusões levantadas no primeiro modelo (A).

Deve-se observar que em todos os modelos foram estimadas 4 especificações com as inclusões ou não das variáveis *infraestrutura* e *social*. Em todas as simulações de todos os modelos, os padrões das variáveis se mantiveram.

Foram estimados também os modelos e equação com a inclusão e exclusão de Fortaleza, pois acreditava-se que o município de Fortaleza poderia enviesar a amostra. Contudo tal suspeita não se confirmou uma vez que as diferenças nas estimações foram sutis.

Portanto, através da exposição dos dados e com a explanação acima pode-se concluir que as transferências voluntárias do governo estadual do Ceará aos municípios, através de convênios e instrumentos congêneres, celebrados com a Secretaria das Cidades, não geraram impacto significativo no número de votos nas eleições estaduais nos três governos estudados.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho mostrou o impacto das transferências voluntárias do governo estadual do Ceará aos municípios através da Secretaria das Cidades no período de 2007 a 2018. Buscou-se, através de uma regressão linear com dados em painel analisar a influência dessas transferências na votação de candidatos ao governo estadual no período.

As transferências voluntárias deflacionadas demonstraram não ser estatisticamente significantes. Dessa feita, não há indícios de que as transferências voluntárias geram votos nas eleições estaduais. Talvez os benefícios advindos desses recursos tenham reflexo na votação do prefeito ou, ainda, dos deputados estaduais. O resultado encontrado diverge do trabalho de Anchieta Júnior (2013), que identificou que o critério predominante nas transferências voluntárias no Ceará era o político, sugerindo que tal conduta se deva, principalmente, ao reflexo na votação.

Caso o candidato esteja concorrendo à reeleição, uma maior votação é evidente. Isto se deve ao fato de que, uma vez no governo, o candidato se beneficia da sua própria gestão resultando em uma votação mais expressiva por parte do eleitor.

Se a gestão for do Cid Ferreira Gomes uma menor votação proporcional é percebida em seus governos, com relação à do governador atual, confirmando o resultado das eleições.

O prefeito ser da base do governador influenciou na votação como esperado. Comparando-se com o estudo de Ferreira e Bugarin (2004), essa análise mostrou-se compatível com a conclusão encontrada pelos autores, que realizaram estudo nacional onde foram analisados ciclos políticos e motivação político-partidária nas transferências voluntárias. Os resultados apontaram favorecimento nos municípios cujos prefeitos pertenciam a mesma coligação do governador. Assim, uma coligação entre prefeito e governador acarreta em benefícios também na votação do governo estadual.

A característica de desenvolvimento relativo dos municípios relacionada à variável *infraestrutura* não obteve influência no período em questão. Ademais, o fato de o município ser da Região Metropolitana de Fortaleza em nada afetou na votação, dado o seu potencial no número de votos.

As características de desenvolvimento social dos municípios apresentaram significância estatística e sinal positivo, representando que, conforme o nível de desenvolvimento social o eleitor retribui ao governo estadual parte dos benefícios adquiridos no seu município.

A extensão dos estudos na direção de encontrar variáveis que relacionem transferências voluntárias, eleição, reeleição e políticas de *pork barrel* é deixada como sugestão para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO JÚNIOR, Ari Francisco de; CANÇADO, Paulo; SHIKIDA, Cláudio. **Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais - 2000.** Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/305>> Acesso em 15/10/2018.

ANCHIETA JUNIOR, Lourival. **Critério nas Transferências Voluntárias do Governo do Estado do Ceará: político ou técnico.** 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/30116/1/2013_dis_lanchietajunior.pdf> Acesso em 15/10/2018.

BAIÃO, Alexandre L.; COUTO, Cláudio G. **A Eficácia do *Pork Barrel*: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados.** Opinião pública, Campinas, v. 23, n. 3, p. 714-753, set/dez, 2017.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo.** 31ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal, de 04 de outubro de 1988.** República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.** República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL. **Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.** República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL. **Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999.** República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** República Federativa do Brasil, Brasília.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** República Federativa do Brasil, Brasília.

CANDEIA, Remilson Soares. **Convênios Celebrados com a União e suas Prestações de Contas.** São Paulo. Ed. NDJ, 2005.

CEARÁ. **Índice de Desenvolvimento dos Municípios.** Instituto de pesquisa e estratégia econômica do Ceará. 2016.

COMPARA BRASIL. **Finanças dos Municípios.** Disponível em <www.comparabrasil.com> Acesso em 26/09/2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DRAZEN, Allan; ESLAVA, Marcela. ***Pork Barrel Cycles.*** NBER working paper 12190. <https://en-econ.tau.ac.il/sites/economy_en.tau.../12-2006.pdf> Acesso em 25/10/2018.

FEREJOHN, John A. 1974. **“Pork Barrel Politics: Rivers and Harbors Legislation. 1947-1968”**, Stanford: Stanford University Press.

FERREIRA, I.F.S.; BUGARIN, M.S. **Transferências Voluntárias no Federalismo Fiscal Brasileiro: efeito do ciclo fiscal de meio de mandato sobre as eleições municipais**. Finanças Públicas: IX Prêmio Tesouro Nacional, v. 9, p. 221-278, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ESTRATÉGICA E ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE), 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2019.

LANCASTER, T. D.; PATTERSON, W.D. **Comparative Pork Barrel Politics: perceptions from the west german bundestag**. Comparative political studies, 1990,22(4), 458-477. Disponível em <<https://doi.org/10.1177/0010414090022004004>> Acesso em 11/11/2018.

MENDES, Marcos; ROCHA, Alexandre. **O que Reelege um Prefeito?** Consultoria legislativa do Senado Federal. Brasília, Abril, 2004.

MOTA JUNIOR, Antônio G. da. **Responsabilidade Fiscal e Transferência de Recursos aos Municípios Cearenses: uma análise no período de 2003-2007**. 2009. Disponível em <<http://www.repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/6072>> Acesso em 10/10/2018.

MOURÃO, P. R.; CUNHA, E. J. A. **Políticas Pork Barrel: um estudo sobre o caso português do PIDDAC**. Revista Econômica, Rio de Janeiro, Vol. 13, pp. 73-93, Junho, 2011.

NORDHAUS, W. D. **The Political Business Cycle**. The review of economic studies. April, 1975. 42, 169-190.

ROGOFF, Kenneth. **Equilibrium Political Budget Cycles**. The American Economic Review; Vol. 80, Nº. 1, pp 21-36, Março, 1990.

SECRETARIA DAS CIDADES DO ESTADO DO CEARÁ, 2019.

SPECK, Bruno; CERVI, Emerson. **Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012**. Rio de Janeiro, Vol. 59, nº 1, 2016, pp. 53 a 90.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2019.

**APÊNDICE A – TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS REALIZADAS AOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ ATRAVÉS DA
SECRETARIA DAS CIDADES NO PERÍODO DE 2007 A 2018**

Município	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total Resultado
ABAIARA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 225.089,53	R\$ 117.528,33	R\$ 318.897,28	R\$ 131.444,36	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 792.959,50
ACARAPÉ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 178.825,03	R\$ 316.526,91	R\$ 331.425,88	R\$ -	R\$ 325.153,63	R\$ -	R\$ 242.378,34	R\$ 233.802,72	R\$ -	R\$ 1.628.112,50
ACARAÚ	R\$ -	R\$ 1.125.843,50	R\$ -	R\$ 544.997,88	R\$ -	R\$ 63.854,41	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.804.686,38	R\$ 2.290.576,50	R\$ 749.959,38	R\$ 6.579.918,04
ACOPIARA	R\$ -	R\$ 18.986,28	R\$ 19.166,63	R\$ 547.989,38	R\$ 688.299,00	R\$ 222.140,19	R\$ -	R\$ -	R\$ 247.614,09	R\$ 947.273,44	R\$ 346.124,34	R\$ 170.873,53	R\$ 3.208.466,88
AIUABA	R\$ -	R\$ -	R\$ 435.605,25	R\$ 264.141,34	R\$ -	R\$ 699.746,59							
ALCANTARAS	R\$ -	R\$ -	R\$ 237.722,45	R\$ 445.728,78	R\$ 43.815,15	R\$ -	R\$ -	R\$ 18.206,04	R\$ -	R\$ 178.316,67	R\$ 831.895,75	R\$ 269.303,44	R\$ 2.024.988,29
ALTANEIRA	R\$ 116.565,85	R\$ 343.438,38	R\$ 345.397,84	R\$ 1.337.230,38	R\$ -	R\$ 579.381,69	R\$ 132.487,95	R\$ 777.152,88	R\$ 256.639,13	R\$ 288.995,94	R\$ 214.808,19	R\$ 100.000,00	R\$ 4.492.098,21
ALTO SANTO	R\$ -	R\$ -	R\$ 784.089,44	R\$ 2.004.164,50	R\$ 1.316.725,38	R\$ -	R\$ 857.085,31	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ 5.162.064,63
AMONTADA	R\$ -	R\$ 431.506,31	R\$ 417.919,53	R\$ 2.025.950,75	R\$ 277.781,25	R\$ -	R\$ 272.867,88	R\$ 111.656,62	R\$ -	R\$ -	R\$ 106.828,50	R\$ 337.500,00	R\$ 3.982.010,84
ANTONINA DO NORTE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 199.496,19	R\$ -	R\$ 153.583,75	R\$ 141.339,67	R\$ 577.976,94	R\$ 536.516,06	R\$ 96.477,30	R\$ 271.727,47	R\$ 157.823,08	R\$ 2.134.940,46
APUIARÉS	R\$ -	R\$ -	R\$ 171.638,50	R\$ 653.467,44	R\$ 73.939,75	R\$ 642.650,00	R\$ 123.471,38	R\$ 198.612,09	R\$ 28.371,11	R\$ 127.749,26	R\$ 223.033,75	R\$ 100.000,00	R\$ 2.342.933,27
AQUIRAZ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.457.726,25	R\$ 576.557,38	R\$ -	R\$ 132.948,81	R\$ -	R\$ 2.167.232,44				
ARACATI	R\$ -	R\$ 242.944,64	R\$ 910.423,94	R\$ 68.890,49	R\$ -	R\$ 119.988,36	R\$ 352.176,38	R\$ 1.076.110,13	R\$ -	R\$ 913.011,00	R\$ -	R\$ 300.000,00	R\$ 3.983.544,93
ARACOIABA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.589.096,25	R\$ -	R\$ -	R\$ 47.296,68	R\$ -	R\$ 1.636.392,93				
ARARENDÁ	R\$ -	R\$ 331.727,50	R\$ 186.485,17	R\$ 190.378,34	R\$ 420.666,53	R\$ 125.804,47	R\$ -	R\$ 156.644,28	R\$ 138.973,08	R\$ 159.686,56	R\$ 258.410,58	R\$ 150.000,00	R\$ 2.118.776,52
ARARIPE	R\$ -	R\$ 345.205,06	R\$ 261.363,16	R\$ 305.693,09	R\$ 847.591,88	R\$ 1.114.369,63	R\$ 1.205.963,50	R\$ 197.830,03	R\$ 44.446,02	R\$ 50.567,41	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.373.029,78
ARATUBA	R\$ -	R\$ 138.278,72	R\$ -	R\$ 432.147,97	R\$ -	R\$ 100.000,00	R\$ 670.426,69						
ARNEIROZ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 183.998,81	R\$ 441.208,69	R\$ 146.281,06	R\$ 5.221,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ 976.709,76
ASSARÉ	R\$ -	R\$ 770.405,25	R\$ 435.605,25	R\$ 929.551,50	R\$ 72.559,05	R\$ 287.355,75	R\$ 1.700.834,50	R\$ 499.464,97	R\$ 623.003,69	R\$ -	R\$ 645.113,25	R\$ 50.000,00	R\$ 6.013.893,20
AURORA	R\$ 148.971,27	R\$ 109.747,73	R\$ 217.802,63	R\$ 195.608,31	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 157.707,59	R\$ -	R\$ 50.577,56	R\$ -	R\$ -	R\$ 880.415,08
BAIXIO	R\$ -	R\$ -	R\$ 191.392,53	R\$ 506.957,50	R\$ 76.607,44	R\$ -	R\$ -	R\$ 337.266,13	R\$ 100.383,88	R\$ 657.101,50	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.869.708,98
BANABUIÚ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 330.516,41	R\$ 104.146,52	R\$ -	R\$ 434.662,93						
BARBALHA	R\$ -	R\$ -	R\$ 392.044,72	R\$ 201.548,75	R\$ 517.497,81	R\$ 1.555.530,38	R\$ 110.356,61	R\$ -	R\$ -	R\$ 53.228,86	R\$ -	R\$ 150.000,00	R\$ 2.980.207,12
BARREIRA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 732.005,56	R\$ -	R\$ 1.120.000,00	R\$ 1.852.005,56						
BARRO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 187.890,42	R\$ -	R\$ -	R\$ 47.875,02	R\$ 23.188,96	R\$ 58.401,22	R\$ -	R\$ 133.535,63	R\$ -	R\$ 450.891,24
BARROQUINHA	R\$ -	R\$ 82.327,27	R\$ -	R\$ 238.402,41	R\$ 73.126,93	R\$ 300.915,19	R\$ -	R\$ 92.737,66	R\$ 104.591,71	R\$ 251.949,91	R\$ 171.305,45	R\$ 105.000,00	R\$ 1.420.356,52
BATURITÉ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 244.677,80	R\$ -	R\$ 617.058,69	R\$ -	R\$ 861.736,48					
BEBERIBE	R\$ -	R\$ -	R\$ 499.487,63	R\$ 225.929,61	R\$ 180.611,81	R\$ -	R\$ -	R\$ 117.323,80	R\$ 241.548,05	R\$ 251.237,88	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.516.138,77
BELA CRUZ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 266.616,59	R\$ 1.062.383,63	R\$ 640.154,44	R\$ -	R\$ -	R\$ 72.064,54	R\$ 212.915,42	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.254.134,62
BOA VIAGEM	R\$ -	R\$ -	R\$ 295.896,22	R\$ 1.383.146,00	R\$ 208.284,08	R\$ 65.352,22	R\$ -	R\$ 1.952.678,52					
BREJO SANTO	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.828.379,25	R\$ 1.537.368,75	R\$ 147.108,75	R\$ 2.543.230,50	R\$ 1.680.624,88	R\$ 1.977.762,13	R\$ 738.283,81	R\$ 152.521,86	R\$ 475.298,72	R\$ -	R\$ 11.080.578,64
CAMOCIM	R\$ -	R\$ 272.678,44	R\$ -	R\$ 988.599,69	R\$ 722.799,63	R\$ 197.879,23	R\$ 176.812,02	R\$ 2.295.649,00	R\$ 1.358.086,75	R\$ 2.700.391,75	R\$ 1.359.077,50	R\$ 1.477.926,13	R\$ 11.549.900,13
CAMPOS SALES	R\$ 265.592,28	R\$ 207.123,03	R\$ 1.619.297,00	R\$ 2.017.505,00	R\$ 507.589,66	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.026.716,75	R\$ 1.915.363,88	R\$ 102.898,90	R\$ 859.671,06	R\$ 1.250.270,50	R\$ 11.772.028,05
CANINDÉ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 593.470,06	R\$ 280.520,06	R\$ -	R\$ -	R\$ 839.500,44	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 36.000,00	R\$ 1.749.490,56
CAPISTRANO	R\$ 58.282,93	R\$ -	R\$ -	R\$ 539.975,13	R\$ 373.727,53	R\$ 226.973,06	R\$ 116.520,28	R\$ 191.441,19	R\$ -	R\$ 31.687,49	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.538.607,60
CARIDADE	R\$ -	R\$ -	R\$ 217.802,63	R\$ 923.665,94	R\$ 109.721,27	R\$ -	R\$ -	R\$ 168.274,00	R\$ 302.719,75	R\$ 372.837,69	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.095.021,27
CARIRÉ	R\$ 69.939,51	R\$ 622.191,38	R\$ 1.933.467,88	R\$ 2.008.441,13	R\$ 1.143.831,38	R\$ 2.386.479,25	R\$ 1.465.321,88	R\$ 2.393.575,50	R\$ 170.226,66	R\$ 628.618,25	R\$ 670.535,06	R\$ 500.526,78	R\$ 13.993.154,63
CARRIACU	R\$ 116.565,85	R\$ 538.845,19	R\$ 1.138.491,25	R\$ 2.874.107,25	R\$ 654.008,69	R\$ 888.173,63	R\$ -	R\$ 167.170,05	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.377.361,90
CARIÚS	R\$ -	R\$ 551.347,69	R\$ 413.461,84	R\$ 757.360,31	R\$ 168.490,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 239.529,86	R\$ 427.314,00	R\$ -	R\$ 2.557.504,20
CARNAUBAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 234.971,64	R\$ 37.255,36	R\$ 58.355,71	R\$ 64.238,45	R\$ 440.691,16	R\$ 200.296,48	R\$ 251.925,31	R\$ -	R\$ 187.500,00	R\$ 1.475.234,13
CASCAVEL	R\$ -	R\$ 274.438,03	R\$ 121.367,64	R\$ 690.171,00	R\$ 165.248,38	R\$ 26.660,04	R\$ 187.754,14	R\$ 110.711,77	R\$ -	R\$ 302.574,13	R\$ 349.863,34	R\$ 450.257,13	R\$ 2.679.045,58
CATARINA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CATUNDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 831.996,88	R\$ 389.318,81	R\$ 84.392,67	R\$ 20.798,52	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 540.602,19	R\$ 120.182,06	R\$ -	R\$ 1.987.291,13
CAUCAIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.577.075,88	R\$ 680.906,63	R\$ -	R\$ -	R\$ 500.000,00	R\$ 2.757.982,50

CEDRO	RS	233.131,70	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	768.111,44	RS	1.013.366,13	RS	51.498,92	RS	172.962,78	RS	253.000,00	RS	2.492.070,96		
CHAVAL	RS	-	RS	-	RS	299.955,47	RS	269.491,88	RS	94.266,45	RS	-	RS	-	RS	302.020,03	RS	243.771,73	RS	140.425,59	RS	131.213,56	RS	-	RS	1.481.144,71
CHORÓ	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	788.779,34
CHOROZINHO	RS	112.910,07	RS	850.509,63	RS	409.770,84	RS	2.912.929,25	RS	471.207,78	RS	102.798,96	RS	-	RS	228.355,23	RS	-	RS	-	RS	800.477,94	RS	3.297.473,75	RS	9.186.433,45
COREAÚ	RS	-	RS	85.048,58	RS	253.456,98	RS	244.145,73	RS	63.270,43	RS	-	RS	-	RS	126.166,07	RS	453.937,75	RS	133.072,14	RS	-	RS	200.000,00	RS	1.559.097,69
CRATEÚS	RS	-	RS	131.177,92	RS	2.207.464,75	RS	3.057.537,75	RS	298.545,34	RS	277.948,66	RS	217.488,44	RS	-	RS	-	RS	166.931,50	RS	370.604,88	RS	180.000,00	RS	6.907.699,23
CRATO	RS	-	RS	177.046,41	RS	503.749,28	RS	737.886,31	RS	-	RS	303.185,19	RS	224.001,41	RS	1.045.958,44	RS	-	RS	716.091,06	RS	-	RS	4.885.585,00	RS	8.593.503,09
CROATÁ	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	373.860,47	RS	103.174,09	RS	146.172,16	RS	1.358.149,13	RS	1.103.787,50	RS	3.085.143,34
CRUZ	RS	-	RS	103.561,52	RS	384.217,34	RS	-	RS	186.532,78	RS	-	RS	173.385,02	RS	615.002,81	RS	-	RS	588.822,38	RS	-	RS	788.007,75	RS	2.839.529,59
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	RS	-	RS	176.861,06	RS	84.507,42	RS	1.058.454,88	RS	223.571,67	RS	110.731,28	RS	-	RS	187.960,34	RS	-	RS	106.457,71	RS	80.112,89	RS	-	RS	2.028.657,26
ERERÉ	RS	-	RS	-	RS	192.805,41	RS	31.287,53	RS	-	RS	137.415,41	RS	73.874,47	RS	46.900,72	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	482.283,53
EUSÉBIO	RS	-	RS	684.742,50	RS	414.300,16	RS	242.691,78	RS	44.102,17	RS	-	RS	599.959,31	RS	-	RS	-	RS	1.024.655,50	RS	640.971,00	RS	297.904,88	RS	3.949.327,29
FARIAS BRITO	RS	-	RS	-	RS	1.117.527,63	RS	1.838.553,88	RS	189.834,27	RS	787.695,44	RS	1.263.800,63	RS	1.460.140,50	RS	1.090.088,00	RS	523.154,97	RS	1.330.201,25	RS	1.273.871,50	RS	10.874.868,05
FORQUILHA	RS	-	RS	247.192,69	RS	474.990,44	RS	191.555,08	RS	-	RS	-	RS	-	RS	297.609,25	RS	272.537,06	RS	315.677,75	RS	285.596,81	RS	394.057,94	RS	2.479.217,02
FORTALEZA	RS	-	RS	2.242.505,00	RS	33.829.872,00	RS	10.810.013,00	RS	-	RS	8.896.445,00	RS	7.304.961,00	RS	3.186.830,25	RS	66.270.626,25								
FORTIM	RS	192.708,28	RS	-	RS	87.121,05	RS	441.387,81	RS	157.532,47	RS	47.697,80	RS	200.354,84	RS	-	RS	576.082,38	RS	290.646,44	RS	419.152,03	RS	-	RS	2.412.683,10
FRECHEIRINHA	RS	-	RS	45.912,27	RS	-	RS	474.349,84	RS	101.734,80	RS	262.558,56	RS	96.901,89	RS	1.072.084,25	RS	76.378,54	RS	753.188,31	RS	2.714.024,00	RS	591.932,31	RS	6.189.064,79
GENERAL SAMPAIO	RS	99.320,77	RS	797.698,31	RS	89.890,80	RS	1.321.494,88	RS	267.792,63	RS	785.971,25	RS	455.876,34	RS	146.667,44	RS	131.925,09	RS	-	RS	-	RS	-	RS	4.096.637,52
GRAÇA	RS	-	RS	808.114,31	RS	-	RS	792.293,75	RS	-	RS	-	RS	-	RS	189.247,69	RS	166.313,89	RS	86.496,89	RS	80.121,38	RS	884.770,75	RS	3.007.358,66
GRANA	RS	349.697,56	RS	349.510,09	RS	129.445,77	RS	27.915,05	RS	-	RS	-	RS	161.180,94	RS	780.047,50	RS	380.405,03	RS	645.165,13	RS	298.014,00	RS	-	RS	3.121.381,07
GRANIEIRO	RS	-	RS	-	RS	78.252,13	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	473.122,78	RS	-	RS	127.804,00	RS	-	RS	-	RS	679.178,91
GROAÍRAS	RS	-	RS	130.142,30	RS	416.047,72	RS	2.170.172,25	RS	36.779,80	RS	1.301.254,75	RS	218.453,45	RS	-	RS	-	RS	424.943,69	RS	-	RS	401.586,91	RS	5.099.380,88
GUAÍUBA	RS	-	RS	496.354,81	RS	363.306,59	RS	1.600.716,88	RS	186.855,56	RS	-	RS	19.364,35	RS	32.293,90	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	2.698.892,09
GUARACIABA DO NORTE	RS	-	RS	155.773,78	RS	147.538,94	RS	-	RS	-	RS	-	RS	97.381,04	RS	157.707,59	RS	151.868,70	RS	212.915,42	RS	160.242,75	RS	307.500,00	RS	1.390.928,23
GUARAMIRANGA	RS	84.913,59	RS	289.224,75	RS	295.551,56	RS	2.307.459,25	RS	-	RS	2.977.149,15														
HIDROLÂNDIA	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	310.761,09	RS	239.090,22	RS	50.465,53	RS	-	RS	55.957,66	RS	-	RS	500.146,25	RS	1.156.420,75
HORIZONTE	RS	-	RS	1.746.637,00	RS	1.494.707,00	RS	5.980.799,00	RS	2.666.193,00	RS	2.663.480,75	RS	1.307.027,75	RS	3.296.264,75	RS	1.524.358,75	RS	1.237.910,63	RS	878.925,13	RS	-	RS	22.796.303,75
IBARETAMA	RS	-	RS	-	RS	348.484,19	RS	857.004,63	RS	-	RS	47.923,34	RS	136.186,14	RS	-	RS	1.389.598,29								
IBIAPINA	RS	-	RS	-	RS	129.940,77	RS	109.602,74	RS	-	RS	93.876,34	RS	95.950,63	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	60.000,00	RS	489.370,47
IBICUITINGA	RS	-	RS	699.714,13	RS	-	RS	931.315,06	RS	206.892,17	RS	256.963,50	RS	223.310,47	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	733.000,00	RS	3.051.195,33
ICAPUÍ	RS	-	RS	123.836,50	RS	43.802,39	RS	403.584,22	RS	300.456,78	RS	-	RS	-	RS	420.964,28	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	1.292.644,17
ICÓ	RS	-	RS	-	RS	258.959,73	RS	2.440.591,00	RS	-	RS	-	RS	-	RS	1.337.826,50	RS	-	RS	-	RS	-	RS	340.865,69	RS	4.378.242,92
IGUATU	RS	-	RS	863.012,63	RS	-	RS	5.117.573,50	RS	1.666.809,50	RS	2.914.219,50	RS	-	RS	779.075,50	RS	-	RS	-	RS	-	RS	355.429,00	RS	11.696.119,63
INDEPENDÊNCIA	RS	-	RS	211.278,94	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	94.629,55	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	305.908,49
IPAPORANGA	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	187.381,38	RS	15.122,54	RS	-	RS	62.136,52	RS	-	RS	204.931,09	RS	308.467,28	RS	-	RS	778.038,82
IPAUMIRIM	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	251.912,52	RS	139.859,28	RS	64.746,60	RS	-	RS	456.518,39								
IPU	RS	-	RS	-	RS	5.558.426,50	RS	1.767.530,13	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	113.484,44	RS	494.952,16	RS	592.908,69	RS	2.029.070,63	RS	10.556.372,53
IPUEIRAS	RS	-	RS	731.860,31	RS	609.806,44	RS	1.952.797,38	RS	883.065,25	RS	420.032,91	RS	-	RS	279.868,69	RS	106.250,17	RS	217.865,19	RS	277.903,50	RS	349.811,28	RS	5.829.261,11
IRACEMA	RS	46.626,34	RS	-	RS	-	RS	485.050,63	RS	-	RS	-	RS	-	RS	246.386,14	RS	179.849,39	RS	159.686,56	RS	796.652,69	RS	336.000,00	RS	2.250.251,75
IRAUCUBA	RS	303.174,59	RS	406.518,47	RS	1.126.648,38	RS	456.786,16	RS	-	RS	-	RS	-	RS	29.348,41	RS	-	RS	-	RS	115.374,78	RS	365.102,78	RS	2.802.953,57
ITAÇABA	RS	-	RS	-	RS	345.462,16	RS	878.611,00	RS	261.847,50	RS	-	RS	181.608,45	RS	130.000,00	RS	1.797.529,11								
ITAÍTINGA	RS	-	RS	928.663,63	RS	1.525.952,00	RS	78.287,67	RS	299.997,66	RS	1.195.248,88	RS	407.104,03	RS	625.763,31	RS	335.812,66	RS	53.228,86	RS	156.990,77	RS	438.755,91	RS	6.045.805,36
ITAPAGÉ	RS	-	RS	147.575,16	RS	32.670,36	RS	1.725.991,13	RS	373.985,53	RS	157.123,94	RS	205.312,31	RS	680.277,44	RS	447.999,03	RS	-	RS	-	RS	514.263,41	RS	4.285.198,30
ITAPIOCA	RS	-	RS	-	RS	-	RS	104.998,35	RS	100.338,95	RS	81.473,75	RS	231.528,06	RS	1.212.825,88	RS	719.989,88	RS	849.572,38	RS	-	RS	527.927,19	RS	3.828.654,42
ITAPIÚNA	RS	-	RS	560.007,00	RS	286.765,91	RS	477.629,44	RS	-	RS	-	RS	-	RS	67.814,27	RS	-	RS	57.221,02	RS	113.477,43	RS	-	RS	1.562.915,06

ITAREMA	RS	-	RS 740.275,94	RS 463.484,00	RS 720.804,94	RS 990.413,56	RS 1.067.998,00	RS -	RS 661.965,00	RS 4.644.941,44					
ITATIRA	RS	-	RS 179.069,20	RS 178.644,22	RS 1.089.786,38	RS 29.686,32	RS 557.055,75	RS 504.517,44	RS 94.624,38	RS 247.506,23	RS -	RS -	RS -	RS 288.000,00	RS 3.168.889,93
JAGUARETAMA	RS	-	RS 69.041,01	RS 139.393,69	RS 2.647.197,00	RS 17.437,38	RS 865.616,00	RS 546.625,50	RS 353.265,00	RS 371.661,53	RS -	RS -	RS -	RS 175.000,00	RS 5.185.237,11
JAGUARIBARA	RS	899.494,38	RS 2.457.617,50	RS 2.179.900,75	RS 3.283.408,25	RS 1.642.906,00	RS 549.104,31	RS 729.134,13	RS -	RS -	RS 11.741.565,31				
JAGUARIBE	RS	-	RS 240.284,97	RS 124.147,50	RS 1.031.936,75	RS 196.514,98	RS -	RS -	RS 3.274.607,50	RS 3.711.240,25	RS 1.185.860,50	RS 2.257.629,25	RS 1.709.728,50	RS -	RS 13.731.950,20
JAGUARUANA	RS	-	RS -	RS -	RS 399.857,91	RS 259.638,83	RS -	RS -	RS 238.227,41	RS 648.401,69	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 1.546.125,83
JARDIM	RS	-	RS -	RS -	RS 312.961,94	RS -	RS 468.134,41	RS 395.410,75	RS 382.154,28	RS 118.934,81	RS 65.213,96	RS -	RS -	RS -	RS 1.742.810,15
JATI	RS	-	RS -	RS -	RS 524.299,63	RS 126.164,34	RS -	RS 326.348,13	RS 250.277,02	RS 238.057,30	RS 53.228,86	RS 325.290,44	RS -	RS -	RS 1.843.665,69
JUOCA DE JERICOCOARA	RS	-	RS -	RS -	RS -	RS 260.223,09	RS 240.722,00	RS 32.778,20	RS 1.354.723,00	RS 689.325,19	RS 508.657,78	RS -	RS -	RS 262.500,00	RS 3.348.929,26
JUAZEIRO DO NORTE	RS	-	RS -	RS 435.605,25	RS 789.139,75	RS -	RS 875.543,00	RS -	RS 2.653.097,50	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 200.000,00	RS 4.953.385,50
JUCÁS	RS	-	RS -	RS -	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 75.100,08	RS -	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 75.100,08
LAVRAS DA MANGABEIRA	RS	-	RS 276.164,03	RS 419.695,00	RS 425.065,03	RS -	RS 209.419,44	RS 133.983,41	RS 547.411,94	RS 262.871,31	RS 26.518,29	RS -	RS -	RS -	RS 2.301.128,44
LIMOEIRO DO NORTE	RS	-	RS 1.981.654,13	RS 4.612.240,50	RS 9.124.078,00	RS 2.123.005,00	RS 1.539.507,75	RS 1.183.343,13	RS -	RS -	RS 20.563.828,50				
MADALENA	RS	-	RS 597.332,38	RS 469.385,75	RS 394.064,91	RS 538.760,31	RS 562.045,63	RS -	RS 659.517,38	RS 296.612,84	RS 69.561,80	RS -	RS -	RS -	RS 3.587.280,99
MARACANAÚ	RS	-	RS -	RS 142.049,45	RS -	RS -	RS -	RS 286.755,84	RS -	RS -	RS 428.805,30				
MARANGUAPE	RS	-	RS 747.777,13	RS 1.291.327,00	RS 3.997.299,25	RS -	RS 368.618,00	RS 113.984,20	RS 871.179,75	RS 567.478,00	RS 592.438,88	RS 320.485,50	RS -	RS -	RS 8.870.587,70
MARCO	RS	-	RS 812.061,56	RS 1.637.577,25	RS 2.412.505,00	RS 1.407.280,00	RS 691.601,44	RS 1.947.122,38	RS 2.840.991,00	RS 270.234,81	RS 86.183,88	RS 667.530,63	RS 300.000,00	RS -	RS 13.073.087,95
MARTINÓPOLE	RS	-	RS 155.342,28	RS 156.817,89	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 1.166.373,38	RS -	RS 106.268,63	RS -	RS 108.497,36	RS -	RS 1.693.299,54
MASSAPÉ	RS	-	RS 636.454,19	RS 155.023,58	RS 1.102.644,50	RS 55.390,92	RS 297.817,09	RS 70.918,41	RS 126.166,07	RS 316.882,13	RS 3.739.479,25	RS -	RS -	RS -	RS 6.500.776,13
MAURITI	RS	-	RS 288.072,56	RS 92.211,55	RS 519.254,75	RS 37.406,79	RS 33.894,98	RS 169.323,33	RS 311.044,53	RS -	RS 89.218,82	RS 102.554,22	RS 355.265,44	RS -	RS 1.998.246,96
MERUOCA	RS	89.382,77	RS 49.011,02	RS 133.353,41	RS 593.147,81	RS 88.222,39	RS 30.719,39	RS -	RS 839.323,88	RS 600.872,19	RS -	RS 40.060,69	RS 832.393,25	RS -	RS 3.296.486,79
MILAGRES	RS	-	RS -	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 284.002,44	RS 665.659,44	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 450.000,00	RS 1.399.661,88
MILHÃ	RS	396.323,91	RS -	RS -	RS -	RS 111.392,24	RS 718.914,81	RS 83.444,98	RS 366.765,53	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 149.793,41	RS 1.826.634,88
MIRAIMA	RS	-	RS -	RS -	RS 229.924,75	RS 201.976,84	RS 84.885,09	RS 241.154,44	RS -	RS -	RS 757.941,13				
MISSÃO VELHA	RS	-	RS 241.643,55	RS 433.982,63	RS 2.224.112,00	RS -	RS 155.377,84	RS 222.992,47	RS 1.053.606,88	RS -	RS 165.309,83	RS -	RS -	RS -	RS 4.497.025,19
MOMBAÇA	RS	-	RS -	RS -	RS 412.387,63	RS 1.277.362,38	RS -	RS 238.385,27	RS 473.908,88	RS 78.543,93	RS 183.850,63	RS -	RS -	RS -	RS 2.664.438,70
MONSENHOR TABOSA	RS	-	RS 345.205,06	RS 340.826,81	RS 118.934,26	RS 448.424,66	RS -	RS 208.332,09	RS 375.431,81	RS 572.327,75	RS 324.696,03	RS 99.715,72	RS -	RS -	RS 2.833.894,20
MORADA NOVA	RS	-	RS 2.705.575,00	RS -	RS 1.145.080,88	RS 1.248.834,88	RS 905.920,19	RS 83.848,87	RS 1.813.731,25	RS -	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 7.902.991,05
MORAÚJO	RS	-	RS -	RS 362.515,78	RS 1.383.075,00	RS 210.868,16	RS -	RS -	RS 247.382,56	RS -	RS 348.223,19	RS -	RS -	RS 392.100,00	RS 2.944.164,69
MORRINHOS	RS	-	RS -	RS -	RS 748.037,31	RS 339.429,78	RS 65.073,05	RS 184.921,38	RS 119.857,77	RS -	RS 336.007,16	RS 1.468.863,63	RS 1.120.971,00	RS -	RS 4.383.161,06
MUCAMBO	RS	-	RS 302.054,44	RS -	RS -	RS -	RS 34.232,92	RS 97.131,48	RS 157.557,41	RS 141.728,25	RS 249.967,05	RS 190.827,63	RS 324.639,63	RS -	RS 1.498.138,79
MULUNGU	RS	-	RS -	RS -	RS 124.947,13	RS -	RS 173.677,08	RS 107.717,82	RS 182.933,03	RS 428.299,81	RS 48.981,65	RS -	RS -	RS -	RS 1.066.556,52
NOVA OLINDA	RS	256.444,89	RS 396.985,81	RS 173.835,09	RS 543.976,31	RS -	RS 123.780,91	RS 400.992,63	RS 355.587,38	RS 546.772,63	RS 246.715,75	RS 647.144,25	RS -	RS -	RS 3.692.235,64
NOVA RUSSAS	RS	-	RS 1.266.147,75	RS 706.826,19	RS 1.036.180,00	RS -	RS 903.154,25	RS 907.282,88	RS 1.402.372,13	RS 711.231,38	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 6.933.194,56
NOVO ORIENTE	RS	-	RS 1.160.338,38	RS 345.107,09	RS 1.826.820,13	RS 1.585.627,25	RS 884.025,31	RS -	RS 3.652.651,25	RS 2.267.949,75	RS -	RS 163.183,27	RS 522.606,28	RS -	RS 12.408.308,70
OCARA	RS	-	RS 205.117,22	RS 465.585,22	RS 1.120.524,38	RS 257.922,64	RS 422.514,84	RS 464.598,13	RS -	RS 110.000,00	RS 3.046.262,42				
ORÓS	RS	233.131,70	RS -	RS -	RS 291.135,81	RS 398.421,69	RS 145.747,91	RS -	RS 625.368,06	RS 283.524,16	RS 359.186,28	RS 80.121,38	RS -	RS -	RS 2.416.636,98
PACAJUS	RS	-	RS 305.506,47	RS 511.290,91	RS 567.633,94	RS -	RS -	RS -	RS 71.071,90	RS -	RS 59.605,64	RS -	RS -	RS -	RS 1.515.108,85
PACATUBA	RS	-	RS 604.715,81	RS 334.121,06	RS 3.073.733,25	RS 462.889,38	RS 125.973,31	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 934.749,38	RS -	RS -	RS 5.536.182,19
PACOTI	RS	149.159,38	RS -	RS -	RS 149.159,38										
PACUJÁ	RS	-	RS -	RS 422.680,06	RS 1.544.600,50	RS 125.686,80	RS 247.463,33	RS 307.061,03	RS 1.008.697,69	RS 824.034,50	RS 492.366,91	RS 1.061.113,63	RS 1.429.985,75	RS -	RS 7.463.690,20
PALHANO	RS	-	RS 92.889,66	RS 540.848,44	RS 1.342.100,63	RS 530.116,06	RS 1.821.505,63	RS 772.005,56	RS 1.056.399,75	RS 430.847,25	RS 763.046,56	RS 220.333,78	RS 135.000,00	RS -	RS 7.705.093,31
PALMÁCIA	RS	-	RS 289.430,44	RS -	RS 43.841,10	RS -	RS 121.114,95	RS -	RS 89.657,36	RS 80.645,41	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 624.689,26
PARACURU	RS	75.967,81	RS 278.786,00	RS 301.321,41	RS 730.521,38	RS 302.429,69	RS -	RS -	RS -	RS 87.808,59	RS 31.937,31	RS -	RS -	RS -	RS 1.808.772,18
PARAIPABA	RS	-	RS 167.794,08	RS 499.825,84	RS 400.106,38	RS 346.569,47	RS -	RS -	RS -	RS -	RS 132.819,86	RS 213.657,00	RS 50.000,00	RS -	RS 1.810.772,63

PARAMBU	R\$ 282.068,72	R\$ 258.004,19	R\$ -	R\$ 383.609,59	R\$ -	R\$ 221.783,97	R\$ 368.889,75	R\$ 78.853,80	R\$ 141.855,55	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.735.065,56
PARAMOTI	R\$ -	R\$ 799.966,31	R\$ 130.681,58	R\$ 436.382,00	R\$ 56.110,18	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 85.113,33	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.508.253,40
PEDRA BRANCA	R\$ 514.398,38	R\$ -	R\$ 3.371.359,75	R\$ 1.596.464,50	R\$ -	R\$ 274.693,63	R\$ -	R\$ 843.548,63	R\$ 549.920,44	R\$ 502.365,16	R\$ 106.828,50	R\$ 899.294,63	R\$ -	R\$ 8.658.873,59
PENAFORTE	R\$ -	R\$ 48.328,71	R\$ 403.313,91	R\$ 743.732,88	R\$ -	R\$ 195.529,38	R\$ 258.993,31	R\$ 650.772,31	R\$ 703.773,06	R\$ 332.680,34	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.337.123,89
PENTECOSTE	R\$ -	R\$ 923.420,06	R\$ 2.612.541,50	R\$ 1.217.715,63	R\$ 17.394,41	R\$ -	R\$ 747.799,50	R\$ 400.000,00	R\$ -	R\$ 5.918.871,10				
PEREIRO	R\$ 101.039,34	R\$ 628.876,69	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 578.549,56	R\$ -	R\$ 448.596,03	R\$ -	R\$ 219.439,47	R\$ 888.423,75	R\$ 1.147.557,25	R\$ 4.012.482,09
PINDORETAMA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 443.244,00	R\$ 297.389,72	R\$ 120.457,95	R\$ -	R\$ 294.913,19	R\$ 602.302,19	R\$ 52.179,80	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.810.486,84
PIQUET CARNEIRO	R\$ -	R\$ -	R\$ 285.553,47	R\$ 1.246.523,50	R\$ 65.387,06	R\$ 858.647,81	R\$ 57.296,29	R\$ 851.234,44	R\$ 728.737,13	R\$ 91.716,27	R\$ 141.053,67	R\$ 400.000,00	R\$ -	R\$ 4.726.149,64
PIRES FERREIRA	R\$ 89.382,77	R\$ -	R\$ 92.112,80	R\$ 1.168.291,38	R\$ -	R\$ -	R\$ 225.069,30	R\$ 580.154,88	R\$ 490.529,84	R\$ 239.529,86	R\$ 813.838,00	R\$ 962.077,25	R\$ -	R\$ 4.660.986,07
PORANGA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 237.853,14	R\$ -	R\$ -	R\$ 680.500,00	R\$ 918.353,14
PORTEIRAS	R\$ -	R\$ 165.698,42	R\$ 817.230,94	R\$ 1.637.119,50	R\$ -	R\$ 697.042,69	R\$ 672.298,63	R\$ 560.119,81	R\$ 167.943,20	R\$ 106.457,71	R\$ 445.634,88	R\$ 90.000,00	R\$ -	R\$ 5.359.545,77
POTENGI	R\$ -	R\$ 509.177,47	R\$ -	R\$ 2.807.494,00	R\$ 123.718,02	R\$ 92.554,34	R\$ -	R\$ 680.984,44	R\$ 653.682,44	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.867.610,70
POTIRETAMA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.345.345,75	R\$ 40.930,03	R\$ -	R\$ 3.386.275,78							
QUITERIANÓPOLIS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 468.278,50	R\$ 213.771,97	R\$ 6.082,30	R\$ -	R\$ 100.000,00	R\$ -	R\$ 788.132,77				
QUIXADÁ	R\$ -	R\$ 1.508.121,63	R\$ -	R\$ 153.405,66	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 94.624,55	R\$ -	R\$ 1.756.151,84				
QUIXELÓ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 53.228,86	R\$ -	R\$ 189.558,11	R\$ -	R\$ 242.786,96
QUIXERAMOBIM	R\$ -	R\$ 149.819,00	R\$ 1.040.573,81	R\$ 1.350.853,13	R\$ 211.999,31	R\$ -	R\$ 267.071,25	R\$ 175.000,00	R\$ -	R\$ 3.195.316,50				
QUIXERÉ	R\$ -	R\$ 713.074,06	R\$ 302.333,47	R\$ 467.402,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.587.979,50	R\$ 1.711.492,25	R\$ 697.539,44	R\$ 1.703.740,50	R\$ 227.596,31	R\$ -	R\$ 10.411.158,03
REDENÇÃO	R\$ 84.913,59	R\$ 2.449.726,00	R\$ -	R\$ 459.548,66	R\$ 58.897,62	R\$ -	R\$ 2.382.000,00	R\$ 5.435.085,86						
RERIUTABA	R\$ -	R\$ 914.821,25	R\$ 331.339,69	R\$ 983.542,75	R\$ 30.083,14	R\$ 945.690,38	R\$ 645.552,13	R\$ 152.310,78	R\$ 444.042,22	R\$ 457.972,13	R\$ 1.000.914,19	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.906.268,64
RUSSAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.104.630,25	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.184.111,00	R\$ 147.037,16	R\$ 787.399,63	R\$ 892.335,88	R\$ 1.065.899,00	R\$ -	R\$ 9.181.412,91
SABOIEIRO	R\$ -	R\$ 284.794,16	R\$ 1.313.482,88	R\$ -	R\$ -	R\$ 145.783,75	R\$ 65.330,77	R\$ 279.733,41	R\$ 168.873,14	R\$ 27.064,58	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.285.062,69
SALITRE	R\$ -	R\$ 252.944,69	R\$ 1.283.971,50	R\$ 1.874.683,63	R\$ -	R\$ 71.879,88	R\$ 57.777,77	R\$ 788.537,94	R\$ 184.412,22	R\$ 184.394,83	R\$ -	R\$ 473.186,66	R\$ -	R\$ 5.171.789,11
SANTA QUITÉRIA	R\$ -	R\$ 577.592,31	R\$ 973.939,06	R\$ 991.025,38	R\$ -	R\$ 1.251.971,50	R\$ 367.542,69	R\$ 139.032,66	R\$ -	R\$ 4.301.103,59				
SANTANA DO ACARAÚ	R\$ -	R\$ 69.041,01	R\$ -	R\$ 444.106,41	R\$ -	R\$ 330.018,91	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 843.166,32				
SANTANA DO CARIRI	R\$ -	R\$ -	R\$ 174.242,09	R\$ 187.423,67	R\$ -	R\$ 97.823,80	R\$ 89.709,19	R\$ -	R\$ 549.198,76					
SÃO BENEDITO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 910.162,88	R\$ 1.292.541,88	R\$ 1.292.310,13	R\$ 1.192.276,38	R\$ -	R\$ -	R\$ 984.733,81	R\$ 1.061.903,63	R\$ 286.923,00	R\$ -	R\$ 7.020.851,69
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	R\$ -	R\$ -	R\$ 500.265,72	R\$ 46.730,55	R\$ 177.237,14	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.640.328,63	R\$ 2.796.401,25	R\$ 422.482,03	R\$ 1.249.986,50	R\$ 2.069.862,00	R\$ -	R\$ 8.903.293,82
SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	R\$ -	R\$ 245.958,61	R\$ 502.856,88	R\$ 1.077.727,13	R\$ 262.513,03	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 79.843,28	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.168.898,92
SÃO LUÍS DO CURU	R\$ -	R\$ -	R\$ 101.428,14	R\$ 608.292,38	R\$ -	R\$ 202.891,45	R\$ -	R\$ 25.200,00	R\$ -	R\$ 937.811,97				
SENADOR POMPEU	R\$ -	R\$ 764.656,50	R\$ 79.084,30	R\$ 194.743,27	R\$ -	R\$ 134.059,80	R\$ 83.668,48	R\$ 119.857,77	R\$ -	R\$ 218.010,63	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.594.080,73
SENADOR SÁ	R\$ -	R\$ 84.792,51	R\$ -	R\$ 370.916,91	R\$ 129.950,71	R\$ 103.072,33	R\$ 292.905,88	R\$ 70.968,41	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 130.000,00	R\$ -	R\$ 1.182.606,74
SOBRAL	R\$ 856.312,38	R\$ 1.564.152,75	R\$ 1.533.240,38	R\$ 10.524.968,00	R\$ 706.730,88	R\$ 958.941,81	R\$ -	R\$ 545.988,88	R\$ -	R\$ 931.505,00	R\$ 1.714.628,75	R\$ 14.854.778,00	R\$ -	R\$ 34.191.246,81
SOLONÓPOLE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 33.658,27	R\$ 32.164,64	R\$ 457.659,34	R\$ 438.490,91	R\$ 611.986,25	R\$ -	R\$ 121.738,41	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.695.697,82
TABULEIRO DO NORTE	R\$ -	R\$ 71.286,26	R\$ 236.004,95	R\$ 1.356.136,25	R\$ -	R\$ 156.298,14	R\$ 393.281,72	R\$ 445.080,16	R\$ 163.532,19	R\$ 75.137,13	R\$ 180.899,55	R\$ 789.945,56	R\$ -	R\$ 3.867.601,90
TAMBORIL	R\$ 139.879,02	R\$ 1.569.571,25	R\$ 468.906,03	R\$ 1.370.243,00	R\$ 989.287,56	R\$ 1.015.258,63	R\$ 1.295.098,38	R\$ 2.336.042,00	R\$ 283.529,38	R\$ 624.073,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.091.888,23
TARRAFAS	R\$ -	R\$ 34.520,50	R\$ 136.232,25	R\$ -	R\$ -	R\$ 68.422,77	R\$ 65.318,98	R\$ -	R\$ 304.494,50					
TAUÁ	R\$ -	R\$ 1.426.446,00	R\$ 1.487.002,13	R\$ 1.657.876,38	R\$ 1.035.627,56	R\$ 541.302,06	R\$ 232.608,75	R\$ 5.163.219,50	R\$ 6.150.655,50	R\$ 3.544.232,50	R\$ -	R\$ 2.594.538,75	R\$ -	R\$ 23.833.509,13
TEJUÇOUA	R\$ -	R\$ 1.210.266,75	R\$ 849.916,94	R\$ 152.769,69	R\$ -	R\$ 69.197,52	R\$ 229.944,20	R\$ 300.000,00	R\$ -	R\$ 2.812.095,09				
TIANGUÁ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.192.404,25	R\$ 86.728,05	R\$ 103.064,48	R\$ -	R\$ 75.699,64	R\$ -	R\$ 207.592,55	R\$ 686.788,88	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.352.277,84
TRAIRI	R\$ -	R\$ 930.085,56	R\$ -	R\$ -	R\$ 417.095,72	R\$ 96.583,14	R\$ -	R\$ 530.000,00	R\$ -	R\$ 1.973.764,42				
TURURU	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 218.561,91	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 31.541,52	R\$ -	R\$ 250.103,42				
UBAJARA	R\$ -	R\$ -	R\$ 168.343,63	R\$ 1.232.629,50	R\$ 471.399,19	R\$ 198.242,92	R\$ -	R\$ 246.076,72	R\$ 280.208,94	R\$ 357.712,00	R\$ 408.474,34	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.363.087,23
UMARI	R\$ 89.382,77	R\$ -	R\$ 382.806,53	R\$ -	R\$ 102.107,44	R\$ -	R\$ 574.296,73							
UMIRIM	R\$ -	R\$ 736.186,13	R\$ 303.252,28	R\$ 192.634,48	R\$ -	R\$ 416.259,59	R\$ 201.607,08	R\$ -	R\$ 1.849.939,56					
URUBURETAMA	R\$ -	R\$ 179.983,81	R\$ -	R\$ 1.039.118,25	R\$ 232.760,17	R\$ 144.385,64	R\$ -	R\$ 288.854,63	R\$ -	R\$ 1.885.102,50				
URUOÇA	R\$ 198.161,95	R\$ 316.044,84	R\$ 1.055.299,63	R\$ 1.107.819,38	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 223.629,36	R\$ -	R\$ 256.808,16	R\$ 236.276,78	R\$ 56.842,29	R\$ -	R\$ 3.450.882,38
VARIOTA	R\$ -	R\$ 849.890,13	R\$ 1.136.706,50	R\$ 2.058.381,63	R\$ 602.689,56	R\$ 1.376.690,00	R\$ 478.167,81	R\$ 2.866.146,50	R\$ 198.605,75	R\$ 422.008,75	R\$ 187.573,75	R\$ 774.309,81	R\$ -	R\$ 10.951.170,19
VÁRZEA ALEGRE	R\$ 89.382,77	R\$ 3.402.112,25	R\$ 488.646,25	R\$ 1.612.834,63	R\$ -	R\$ 1.840.576,25	R\$ 1.322.060,00	R\$ 1.586.538,38	R\$ 1.208.708,63	R\$ -	R\$ 1.119.035,88	R\$ 341.444,22	R\$ -	R\$ 13.011.339,23
VIÇOSA DO CEARÁ	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 242.195,39	R\$ -	R\$ 1.149.743,25	R\$ -	R\$ 600.000,00	R\$ -	R\$ 1.991.938,64				
Total Resultado	R\$ 6.743.227,09	R\$ 61.829.221,41	R\$ 108.371.131,42	R\$ 191.211.693,29	R\$ 44.502.070,11	R\$ 55.851.295,86	R\$ 35.499.063,60	R\$ 94.929.086,12	R\$ 48.692.621,06	R\$ 54.341.633,53	R\$ 52.434.630,70	R\$ 75.514.579,05	R\$ 829.920.253,24	